



BIOPODER, GÊNEROS E SEXUALIDADES: ARTICULANDO DESEJO, (IN)VISIBILIDADE E PROCESSOS DE EXCLUSÃO NA VIVÊNCIA DAS LESBIANIDADES¹

Lívia Gonsalves Toledo²

A partir de uma perspectiva pós-estruturalista de entendimento da subjetividade sempre em processo de (re)construção, esse trabalho apresenta uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, que propõe compreender como se articulam desejo, (in)visibilidade e processos de exclusão na vivência das lesbianidades. Situando no interior dos estudos de gênero e sexualidades, pretende-se ampliar uma pesquisa de mestrado que estudou as influências de estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades nas narrativas de história de vida de mulheres lésbicas (Toledo, 2008), articulando temas como formação de discursos e *biopoder*. Esse estudo apontou que a ação dos estigmas e estereótipos estudados, baseados no viriarcado, no sistema sexo/gênero e na heteronormatividade, são ferramentas do *biopoder*, e que as lesbianidades apenas são aceitas quando são invisibilizadas ou se apresentam compatíveis com esse sistema de poder. Tendo em vista o uso de gênero como categoria analítica, participarão dessa pesquisa mulheres que vivenciam as lesbianidades residentes no interior do Estado de São Paulo, na região da cidade de Assis/SP, para apreender seus processos de subjetivação relacionando seus desejos aos registros sociais de (in)visibilidade e exclusão.

Tal compreensão se faz necessária quando se interroga sobre a relação desses modos de articulação com os diversos níveis de vulnerabilidades marcadas pela dominação masculina e a submissão e opressão do feminino, aos quais as mulheres que têm atração ou relacionam-se erótico e afetivo-sexualmente com outras estão inseridas no campo social. Porém, mais do que isso, este trabalho busca apontar não apenas os processos de exclusão sobre as lesbianidades, mas apresentar a resistência à dominação, a recusa à submissão e à obstinação pela vida. Tal como Preciado (2008) tem pontuado, os corpos dos dissidentes têm se transformado em potências políticas e, por isso, possibilidades de criar novas formas de subjetivação, instância de ressignificação e re-apropriação performativa.

De acordo com Deleuze e Guattari, a sexualidade é uma fantástica usina de desejo, porém, o desejo não é apenas de âmbito sexual. O desejo é como um determinado gosto de viver, uma

¹ Essa pesquisa está sendo financiada pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

² Orientanda do trabalho apresentado. Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCL de Assis/SP. E-mail: liviagtoledo@gmail.com.



vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, a possibilidade de instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são nossos (Guattari; Rolnik, 1996). A produção desejante não é una, é multiplicidade pura, que pode ou não ser capturada pelos processos de normatização. Porém, é a expressão coletiva desejante que produz os contra-poderes e a *possibilidade* de criação de processos de singularização, de autenticidades que se chocam com o mundo hegemônico. Por isso, no caso do desejo sexual da lógica heteronormativa, podemos pensar o desejo como aquele capturado pelos processos homogeneizantes.

Da mesma forma, o conceito de gênero refere-se às vertentes pós-estruturalistas e engloba, de acordo com Meyer (2005, p. 16), “todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam homens e mulheres, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como dotados de sexo, gênero e sexualidade”. Assim, não referencia o corpo como uma entidade biológica universal onde se originam as desigualdades, mas privilegia a análise dos processos de produção dessas distinções em uma sociedade atravessada por pressupostos de masculinidade e feminilidade, entendendo-os como atributos de homens e mulheres respectivamente.

O sistema sexo/gênero, discutido originalmente por Rubin (1975/2003), uma das primeiras críticas do feminismo, é “[...] un sistema sexo/género está siempre íntimamente unido a factores sociales y políticos en cualquier tipo de sociedad” (Lauretis, 2000, p. 38). Lauretis (2000) fala que é preciso separar gênero da diferença sexual e passar a conceber o gênero como produto de várias tecnologias sexuais (efeito da linguagem, do imaginário, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas produzidos nos corpos e separados do real – biológico).

Baseada na ciência de ideologia naturalista, a polarização dos sexos passou a remeter a definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, erigidos sob uma norma androcêntrica “um eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e profundamente enraizado num corpo diferenciado” (Nicholson, 2000, p. 21). Fraser (2002, p. 64-65) conceitua o androcentrismo como “[...] um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como ‘feminino’, paradigmaticamente – mas não somente – mulheres”.

É o sistema sexo/gênero que, além identificar uma formatação de gênero sempre com um sexo, implica também na dicotomia do desejo sexual pelo sexo oposto. Tal dicotomia do sexo se baseia em uma organização heterossexual da sexualidade e no controle da sexualidade feminina – referente à idéia de heterossexualidade compulsória de Rich (1980/1986), uma organização social-



sexual mantida pela dominação masculina que empurra as mulheres para a heterossexualidade. É a hierarquia dos atos e desejos sexuais, controlados pela divisão dos sexos e dos gêneros das sociedades modernas que criam identidades de gênero e sexuais que acabam sendo hierarquizadas umas frente a outras, sendo aquelas que seguem a heteronormatividade as que se situam no topo da pirâmide (Sánchez; Galán, 2006).

Destarte, o sistema sexo/gênero propõe a existência de dois sexos opostos, biologicamente incomensuráveis e complementários (um homem e uma mulher com expressões e papéis sociais e sexuais definidos, vistos como naturais ou essenciais, constituindo um estado de dependência recíproca entre os sexos), para assegurar a união heterossexual. Ainda asseguram essa união com a divisão sexual do trabalho, os imperativos biológicos de parentesco, o matrimônio e a monogamia com fins à máxima frequência de relações sexuais entre homens e mulheres para uma maior fecundidade e produção de sujeitos (Sanchez; Galán, 2006). Portanto, a heterossexualidade é uma construção, da mesma forma como o é a homossexualidade.

Foi principalmente o discurso científico que passou a exercer, a partir do século XVIII, o controle das sociedades através de sua função restritiva e coercitiva veiculando, estrategicamente, rituais, tradições e modelos em nome da saúde, da felicidade e da produtividade. De acordo com Foucault (1988), a partir desse momento, uma rede sutil de proliferação de discursos, saberes, prazeres e poderes sobre uma verdade sobre o sexo passou a funcionar. Esse poder exercido pela inventividade e produção de métodos e procedimentos de controle sobre os corpos surgiu, a partir do início do século XIX, com o aparecimento das tecnologias médicas de sexo. Pode-se dizer então de um *biopoder*, ou seja, de uma organização do poder sobre a vida, agindo por meio de mecanismos disciplinares, que age sobre os corpos, e mecanismos regulamentadores, que age sobre a população. Esses mecanismos não estão no mesmo nível, mas não se excluem estando articulados um com o outro.

Desse modo, as populações passaram a ser normalizadas e controladas segundo os valores burgueses e capitalistas, os quais, através do dispositivo³ da sexualidade, naturalizam e reificam o sistema de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. É nesse período, portanto, que o ato sexual entre pessoas ganha a configuração de uma interioridade do sujeito, conferindo a esse uma identidade, respectivamente, homossexual ou heterossexual, e, bissexual.

³ Segundo Foucault (1979, p. 244-246), o dispositivo corresponde a “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] é isto um dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.



A partir disso, homens e mulheres, lésbicas e gays, heterossexuais e homossexuais passam a ser nada mais que categorizações, que “eficientes ficções performativas e somáticas convencidas de sua realidade natural” (Preciado, 2008, p. 262). Por isso, o que chamo de “vivenciar as lesbianidades” está relacionado ao entendimento desse termo como um universo de vivências (relativas à orientação sexual e identidade política, sexual e de gênero) de mulheres que se assumem como lésbicas ou outros termos êmicos relacionados a essa vivência, bem como a qualquer mulher com relações/práticas/sentimentos homoeróticos e que se sentem subjetivamente nesse lugar da diferença, seja no desejo por, na prática com, ou no sentimento homoerótico por outra mulher, em todos esses âmbitos ou apenas um ou dois deles. Também é empregado no plural para referenciar todas as possibilidades de vivência da relação afetivo-sexual de uma mulher com outra (Toledo, 2008, p. 11). Essas vivências, dentro de um contexto heteronormativo e androcêntrico vão sofrer processos de exclusão diversos.

Foucault (2003) vai falar sobre três procedimentos de exclusão (procedimentos de controle e delimitação do discurso) que funcionam em nossas sociedades: a interdição, a segregação e a vontade de verdade, sendo que o último deles é o que remonta aos dois primeiros, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los. A vontade de dizer o discurso verdadeiro coloca em jogo o desejo e o poder e, de acordo com Foucault, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. De acordo com o autor, essa vontade de verdade é a de que menos se fala, mascarada pelo que é entendido como a própria verdade. A vontade de verdade é “uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto a ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...]” (Foucault, 2003, p. 20). Ainda, o autor também fala de outros procedimentos internos de exclusão, sendo o discurso ele mesmo: princípios de classificação, ordenação, distribuição, que compõem os textos religiosos, jurídicos, literários, e científicos. São esses discursos que têm papel positivo e multiplicador, mas de função restritiva e coercitiva.

A rigidez nos papéis e expressões de gênero, o androcentrismo e a heteronormatividade são as estratégias do *biopoder* sem estrategistas definidos, visando à manutenção de uma ordem da sexualidade humana. São essas estratégias de manutenção da ordem heterossexista que funcionam na produção dos processos de exclusão, é no interstício, no espaço de onde os sujeitos envolvidos emergem, no qual acontece o jogo de forças e as relações de dominação. Assim, os(as) dissidentes da norma, em uma ampla e descentralizada rede de poderes, são inseridos na categoria de inferiores



por meio da interdição, da segregação e pela atribuição de regimes de verdade sobre eles – ferramentas de ação do *biopoder*, que tendem mostrar a superioridade de uns perante outros.

Esses discursos junto às práticas de interdição, a segregação e a vontade de verdade configuram os processos de exclusão sobre as pessoas que não se conformam à lógica heteronormativa. Dessa forma, a partir do referencial da “sexualidade regular”, ou seja, heterossexual (Foucault, 1988) – e preferencialmente monogâmica e dentro do casamento – e do referencial do sistema sexo/gênero (Rubin, 1975), as vivências de sexualidades e expressões de gêneros diferentes da norma sofrem processos de exclusão recaindo sobre elas o peso da exclusão.

Os processos de exclusão sobre as lesbianidades se apresentam de forma específica neste trabalho, pois abarcam as interdições, segregações, discursos e regimes de verdade direcionados de forma especial ou específica às mulheres que vivenciam as lesbianidades, bem como a conseqüente invisibilidade desses sujeitos e as relações que estabelecem relativas a essa forma de existência.

A invisibilidade pode ser entendida em relação ao que Sedgwick (2007) chama de armário *gay*, aquilo que controla se a homossexualidade se torna conhecida, vista, pública, ou se é mantida em segredo, invisível, no privado. Nesse sentido, o armário se torna um dispositivo de aprisionamento/proteção, o qual em ambientes mais homofóbicos pode se fechar ou até mesmo escancarar-se visando o enfrentamento da situação.

Nem sempre é opção das pessoas a escolha de estar “dentro do armário”, na demanda de sigilo/segredo, ou “fora do armário”, na demanda de exposição/revelação. Como pontua Sedgwick (2007, p. 26), “o armário é a estrutura definidora da opressão *gay* no século XX”. Especialmente entre mulheres que vivenciam as lesbianidades, como a sexualidade é atribuída ao masculino, reconhecer uma relação sem a presença de um homem é intolerável nas culturas machistas, portanto, forte controle se exerce sobre elas, e uma das estratégias é o silenciamento, lançar essa forma de vivência da obscuridade, “dentro do armário”, na invisibilidade.

Além da invisibilidade, o que faz os processos de exclusão sobre as lesbianidades serem particulares é também o que os reifica: a misoginia e a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, e entre mulheres heterossexuais e aquelas que vivenciam as lesbianidades. Como vimos, dentro de uma cultura sexista (machista), acredita-se na “pseudo natureza superior dos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 460) em relação às mulheres, elaboração construída a partir do paradigma naturalista das ciências biológicas, que impõe, portanto, uma desigualdade entre estes, e, por conseguinte, uma dominação deles sobre elas; e uma “visão heterossexuada do mundo na qual a



sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres” (Welzer-Lang, 2001, p. 460).

Os processos de exclusão sobre as lesbianidades seriam então permeados por um misto de machismo, misoginia e heteronormatividade. Dentro desse sistema de poder, como existe uma percepção sexualizada dos sujeitos a qual influencia na produção de desigualdades sociais e de hierarquias sexuais, as mulheres que vivenciam as lesbianidades participam de duas categorias consideradas inferiores. Primeiro, pelo gênero (sentir-se como e ser vista como mulher); segundo, por sua orientação homossexual do desejo sexual (relacionar-se afetivo-sexualmente com o mesmo sexo). Assim, enquanto mulheres e não-heterossexuais, existem vulnerabilidades e violências específicas sofridas por elas em seu cotidiano, estimulados pela intersecção de valores culturais normativos, poder e diferença percebida.

Goellner (2003, p. 39) lembra que “nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam”. As pessoas não são apenas receptáculos passivos dos valores culturais. Ocorre uma negociação, onde há um poder opressivo normativo de controle social e um contra-poder, que são as oposições e resistências ao *biopoder*. Assim, da mesma forma, na vivência das lesbianidades pode ser produzido um potencial reivindicatório de existência e liberdade de vivência de suas sexualidades diante dos processos de exclusão. Cada pessoa reage ao *biopoder* ora aceitando-o como “verdade”, recusando-o, opondo-se, negociando e/ou pactuando com ele. A cultura, campo de produção dos processos de exclusão, é um campo político, como o é também os modos de subjetivação, o corpo e o modo como vivenciamos nossas experiências afetivo-sexuais.

Silva (2000, p. 24) fala que “é na vida cotidiana que se desenvolvem condutas subjetivamente dotadas de sentido a partir das significações que se constroem no senso comum e que se institui a complexificação da realidade social.”. A escolha da região de Assis se deu devido à interiorização.

As pequenas cidades foram esquecidas como integrantes da totalidade da sociedade moderna, sempre vistas em oposição às grandes cidades, ou como uma repetição atrasada destas. [...] entretanto, mesmo assim, estas apresentam relações sociais a partir de códigos particulares e constituem territórios específicos, cuja lógica só pode ser entendida no desenrolar de sua vida cotidiana, mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido.⁴

Portanto, a estratégia é buscar compreender como funcionam os mecanismos de exclusão e de contra-poder – já que “os grupos que fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem

⁴ SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, v. 5. n. 2, 2000, p. 25.



pactos e influenciam a formação de outros territórios” (Silva, 2000, p. 23) – em cidades pequenas, interioranas, na e próximas da cidade Assis. Esse espaço composto por diversos territórios pode ser descrito sumariamente como: distanciado dos movimentos emancipatórios dos grandes centros urbanos, havendo uma ONG com trabalhos direcionados ao público LGBT em toda a região, onde a invisibilidade das relações homossexuais é considerável, e tanto protege dos processos de exclusão, como a silencia/deslegitima, onde há alto nível de religiosidade, que é um forte instrumento do *biopoder*, e onde as pessoas que vivem relações/práticas homoeróticas permanecem em sua maioria na clandestinidade.

São esses e outros aspectos que serão estudados com essa pesquisa, nas famílias, nas relações com amigos e espaços de lazer, nas relações sociais no trabalho e/ou locais de estudo, e em situações diversas do cotidiano de mulheres que vivenciam as lesbianidades, cotidiano esse marcado como campos e vias de comunicação e relação entre as pessoas. Um exemplo surgido em uma das entrevistas empreendidas no meu mestrado entre os anos de 2006 e 2008 clarifica que tipos que questões serão abordadas:

Porque teve um dia que meu irmão me bateu... Que na verdade as brincadeiras de mal gosto era um jeito dele colocar o preconceito pra fora. Ele cantava uma musiquinha, muito tosco, cara, ele falava assim: “Marina sapatão, sapatão, sapatão, não quer sentir uma pica e já fez sua opção”. Quer dizer, eu ria, assim, mas sabe quando você ria... E de coisa assim: “Meu como é que você sabe que não gosta?” [De transar com homem?] É. “Meu, eu não transei e nunca vou transar”, eu falei pra ele. Então esse tipo de brincadeira era um jeito de por pra fora. E teve dia, num momento de explosão, usar outras coisas pra me ofender e da minha mãe falar pra ele: “Meu, você bateu nela porque ela é lésbica, não tá certo e etc.”, e ele assim negar, falar que não. [Ele te bateu, por quê?] Porque eu cheguei em casa, e eu queria sair pra ir no teatro e ele ia ter que ficar [...]. Só que já tava todo mundo em casa, uns cinco ou seis amigos meus, que eram lésbicas algumas. E ele chegou e falou: “Eu já marquei com os caras...”, não sei o quê, e eu falei: “Não, eu vou sair, eu já fiquei o dia inteiro em casa”, peguei minha roupa e saí, e na hora que eu tava saindo ele pegou e deu um pontapé nas minhas costas. Aí todo mundo que tava lá fora ficou assim, ó [impressionados]. Aí: “Putz!”, aí o outro já chegou: “Ô vão embora todo mundo!”, não sei o quê. Botou pra fora. [...] Então, que ele fez porque sou lésbica, coisa que ele não vai assumir nunca. (Marina, 23 anos)

Assim, optamos pela Pesquisa Narrativa, por meio da qual buscaremos pelas histórias de vida de mulheres que vivenciam as lesbianidades como se articulam desejo, invisibilidade e processos de exclusão. Com as histórias narradas, buscamos:

[...] construir significados, estabelecer relações e refletir sobre os fatos previamente narrados nas estórias. A estória se torna, pois, *objeto e método de pesquisa*. Objeto porque é nela que os esforços se concentram para se chegar a uma compreensão mais concreta da experiência. É, também, método, porque é pela narração que os significados são construídos.⁵

Entendendo que a formação do indivíduo está impregnada dos valores, regras e hábitos culturais, a transmissão oral das participantes apresentará aquilo que é socialmente construído, um

⁵ TELLES, João A. A trajetória narrativa: história sobre a formação do professor de línguas e sua prática pedagógica. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas-SP, jul./dez., 1999, p. 11.



relato pessoal se torna um relato coletivo, como a emergência de muitas vozes. Ainda, “no momento em que uma pessoa transforma sua experiência em relato, já está filtrando e estabelecendo ligações com o universo cultural que lhe está internalizado” (Silva, 2000, p. 27).

O que pudemos brevemente apontar sobre as informações colhidas por meio das primeiras narrativas realizadas foi que, na região pesquisada, para as mulheres participantes poderem vivenciar a lesbianidade, uma grande preocupação parece estar pautada na relação familiar. É preciso sempre um afastamento do circuito familiar. Isto ocorre de formas diversas: no sentido de um distanciamento relacional, onde a vida de quem vivencia a lesbianidade passa a ser vivida na clandestinidade, fingindo uma heterossexualidade, e os familiares não sabem ou fingem não saber dessa vida clandestina; no sentido de um distanciamento emocional, onde a família sabe da homossexualidade da pessoa e os laços passam a ser abalados por uma tentativa de interferência na vida da pessoa homossexual de forma a controlar, coibir e/ou proibir sua homossexualidade; e no sentido de afastamento real da família, seja no caso de sair de casa ou mesmo de mudar de cidade para poder vivenciar livremente a sexualidade. É assim que podemos articular as temáticas diásporas, diversidades e deslocamentos. Parece que os modos de subjetivação para a vivência da lesbianidade são freqüentemente, e até conscientemente, atrelados ao afastamento da estrutura (sob níveis e formas variadas) familiar. É um distanciamento quase necessário para a possibilidade de existência nessa forma de sexualidade dissidente da heteronormatividade. Portanto, no contexto dessa pesquisa, vemos que o discurso familiar parece funcionar como o principal dispositivo de controle sobre as lesbianidades e o segredo, a mentira, a atuação (fingimento) e o afastamento (emocional e físico) como estratégias de possibilitá-las.

Foucault (1981/2004, p. 94) diz que é possível fazer a genealogia do sujeito a partir da seguinte abordagem: “o estudo das instituições que fizeram, de certos sujeitos, objetos de saber e de dominação [...]”. Para tal, é preciso estudar as técnicas de dominação – “que permitem determinar a conduta dos indivíduos, impor certas finalidades” –, e as técnicas de si – que permite aos indivíduos realizar, por eles mesmos, um certo número de operações em seu corpo, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir neles umas transformação, uma modificação, e a atingir um certo estado de perfeição e felicidade (Foucault, 1983/2004, p. 95).

Assim, o interesse deste trabalho está em como os discursos e os processos de subjetivação inseridos no campo social (as técnicas de dominação e as técnicas de si) emergem, juntos, num espaço estabelecido não por indivíduos, mas por práticas sociais. Pretende-se então problematizar as verdades imutáveis derrubando os dogmas do sistema rígidos de gêneros, da heteronormatividade e



do androcentrismo. A partir disso, serão localizadas as estratégias de dominação e de singularização. Assim como Foucault, o genealogista, buscaremos, “em vez de origens, significados escondidos ou intencionalidade explícita, [ver] relações de força, funcionando em acontecimentos particulares, movimentos históricos e história” (Rabinow; Dreyfus, 1995, p. 121).

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. London: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. 22 ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 243-272.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. 1981 Sexualidade e solidão. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. (Ditos & Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 92-103.

_____. 1983 O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. (Ditos & Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 193-224.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/34, 2002, 59-78.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; _____. (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 28-40.

GUATTARY, Félix; ROLNIK Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LAURETIS, Teresa de. La tecnología de género. In: *Diferencias*. Etapas de un camino a través del feminismo. San Cristóbal, Madrid: Horas, 2000, 33-69.



- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vildore (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. (2ª. Ed.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 09-27.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, p. 9-41, v.8, 2º semestre/2000.
- PRECIADO, Beatriz. Micropolíticas de gênero en la era farmacopornográfica. Experimentación, intoxicación voluntária, mutación. In: *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008, 233-285.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana, 1980. In: _____. *Sangre, pan y poesía: prosa escogida: 1979-1985*. Icaria: Barcelona, 1986, 41-86.
- RUBIN, Gayle S. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo (1975). Tradução Stella Mastrangelo. In: LAMAS, Martha (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. 3. ed. México: Miguel Ángel Porrúa; Programa Universitario de Estudios de Género - UNAM, 2003, 35-96.
- SÁNCHEZ, Ángel Moreno; GALÁN, José Ignacio Pichardo. Homonormatividade y existencia sexual. Amistades peligrosas entre gênero y sexualidad. *Revista de Antropología Iberoamericana, Ed. Electrónica*, v.1, n.1. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red. Jan-Fev, 2006, 143-156.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p.19-54, jan./jun, 2007.
- SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, v. 5. n. 2, 2000, 9-37.
- TELLES, João A. A trajetória narrativa: história sobre a formação do professor de línguas e sua prática pedagógica. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas-SP, jul./dez., 1999.
- TOLEDO, Livia Gonsalves. *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis-SP, 2008.
- WELZER-LANG, Daniel. The construction of the masculine: women's domination and homophobia. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.